

## **Contribuições Lilia Diniz – Reunião Conexão Água Agrotóxicos 4.10.17, São Paulo - SP**

A atuação pelo controle do uso dos agrotóxicos e efeitos na água, meio ambiente e saúde, demanda a revisão das políticas públicas e procedimentos atuais sobre a compra, uso e descarte dos agrotóxicos, a participação da sociedade e o fortalecimento de políticas preventivas e de combate ao uso irrestrito de agrotóxicos. O Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos e permite o uso de diversos venenos proibidos internacionalmente, com grande impacto na saúde e meio ambiente.

Existe atualmente uma proposta de flexibilização das competências da Saúde que precisa ser combatida. É preciso, ao contrário, fortalecer essas competências e o controle social, com apoio do Ministério Público, garantindo transparência e participação.

Dentre as políticas, propostas e procedimentos que precisam ser revistas e “reinventadas” para deixar de incentivar o uso de agrotóxicos no Brasil, buscando vias mais sustentáveis e menos agressivas à saúde e meio ambiente cito:

1. Vínculo de concessão de créditos e financiamentos à obrigatoriedade da compra e/ou uso de insumos químicos pelos agricultores, a exemplo do PRONAF.  
*Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf): para que os agricultores acessem linhas de crédito para custeio e investimento no sistema produtivo, é preciso apresentar as notas de comprovação das compras de agrotóxicos, bem como outros insumos, sob o risco de não ter os recursos liberados pelo banco.*
2. Revisão do registro das substâncias tóxicas realizados anteriormente à 1989, quando foi aprovada a Lei 7802 (muitas delas banidas em outros países)
3. Revisão das licenças que liberaram uso de agrotóxico, descarte e lançamento de agrotóxico na água, avaliando os riscos ambientais e na saúde.
4. Atuar contra as propostas de flexibilização das competências da ANVISA e IBAMA na avaliação dos agrotóxicos (PL n° 6299/2002)
5. Agência nacional de Agroquímicos, vinculada pela mídia.

Dentre políticas e fóruns que podemos fortalecer para a utilização de agrotóxicos de forma segura, incentivando boas práticas e prevenindo a poluição das águas cito:

1. Subcomissão Especial Sobre o Uso de Agrotóxicos e Suas Consequências à Saúde, instalada pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara

dos Deputados ([http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/conheca-a-comissao/copy\\_of\\_subcomissoes](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/conheca-a-comissao/copy_of_subcomissoes))

2. Grupo de Trabalho Interministerial e Plano Nacional de Enfrentamento ao Uso dos Agrotóxicos.

3. Fortalecimento e divulgação dos resultados Consulta Pública 02/91 decorrente da revisão da Portaria 03, de 1992, que estabelece critérios cientificamente atualizados para a avaliação e classificação toxicológica de agrotóxicos. Realizar mais consultas públicas nesse sentido com divulgação de resultados à sociedade.

[http://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/fitossanidade/JOAQUIMGONCALVESMACHADONETO/port\\_%200392\\_anvisa\\_class\\_toxicol.pdf](http://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/fitossanidade/JOAQUIMGONCALVESMACHADONETO/port_%200392_anvisa_class_toxicol.pdf)

4. Participar e atuar em articulação com a ANVISA nos procedimentos e processos identificados no Plano de Reestruturação e Perspectivas no Uso do Agrotóxico (<http://portal.anvisa.gov.br/documents/219201/219401/Evento%2Bsetor%2Bregulado%2BGer%25C3%25Aancia%2BGeral%2Bde%2BToxicologia%2B-%2Bvers%25C3%25A3o%2Bfinal%2B-%2B02-02-2016.pdf/7e03e55e-2501-4c3b-907f-54503fd37d02>)

5. Incentivo à adoção da ISO 14001 e compliance

6. Definição de uma Agenda articulada do Ministério Público para as medidas extrajudiciais no tema de agrotóxico

7. Capacitação e fortalecimento do Poder Judiciário na área para ampliar as chances de sucesso de ações judiciais

8. Produção de um grande dossiê de Presença de Agrotóxicos na Água e Riscos à Saúde e Meio Ambiente, com pesquisas consolidadas no tema internacionais e nacionais, fortalecendo via rede digital do Projeto Conexão Água

Gostaria de ter participado da reunião, mas tive problemas com o acesso ao sistema. Por isso, envio os comentários acima que não esgotam o tema.

Atenciosamente,

Lilia Diniz

Advogada, Mestre Ciência Ambiental, com ênfase em Metas de Qualidade de Água pela USP

Colaboradora do Projeto Conexão Água

